



Compromisso com a comunidade



MOÇÃO DE APOIO

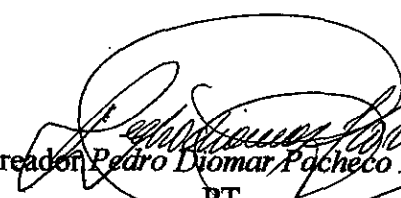
CÂMARA MUNICIPAL
S. SEBASTIÃO DO CAÍ
N.º 88/03
Rec. 24.4.2003

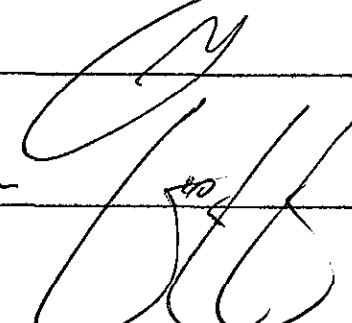
O Vereador Pedro Diomar Pacheco Flores e demais vereadores abaixo subscritos, no uso de suas atribuições, propõem que após ouvido o plenário, seja enviada moção de apoio ao Projeto de Emenda à Constituição Estadual Nº 125/2002, que tramita na Assembléia Legislativa do RS. O referido projeto propõem emenda a Constituição para consolidar a competência dos Municípios Gaúchos, dispondo sobre horário e dias de funcionamento do comércio local. A moção deverá ser enviada para a Presidência da Assembléia Legislativa, ao Deputado Sr. **Vilson Covatti**, com solicitação de remessa aos Senhores Deputados líderes de bancada.

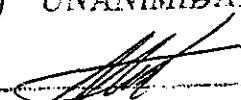
JUSTIFICATIVA:

Durante o processo de discussão sobre a abertura e fechamento do comércio na Capital do estado, o poder Judiciário Gaúcho foi convencido de que os Municípios não detêm competência legislativa para regulamentar a cerca dos dias de funcionamento do comércio, mas, tão somente dispor sobre "funcionamento do comércio", aqui abrangendo apenas horário. Sendo assim faz-se necessário alterar o dispositivo constitucional para que prevaleça a competência dos Municípios sobre o assunto. É oportuno frisar que o município de São Sebastião do Caí tem legislação que versa sobre o horário e dias de funcionamento do comércio local (Lei 1457/90). Contamos com o apoio do senhor Presidente e demais Vereadores na apreciação desta proposição.

Sala das Sessões, 24 de abril de 2003.


Vereador Pedro Diomar Pacheco Flores
PT


7030

SESSÃO REALIZADA
EM: 15/5/2003
PROPOSIÇÃO
☒ APROVADA
☐ REJEITADA
☐ MAIORIA
☒ UNANIMIDADE

Presidente



PROJETO DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO N.º 125/2002

Altera o inciso II, do artigo 13, da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul.

Art.1º – O inciso II, do artigo 13, da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, de 03 de outubro de 1989, passa a ter a seguinte redação:

"Art.13...

....

II – dispor sobre o horário e dias de funcionamento do comércio local;"

Art.2º – Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 2002.

- 1- Deputada Jussara Cony – Líder da Bancada do PC do B
- 2- Deputado Ivar Pavan – PT
- 3- Deputado Edson Portilho – Vice-Líder de Bancada - PT
- 4- Deputado Elvino Bohn Gass – PT
- 5- Deputada Cecília Hypolito – PT
- 6- Deputada Luciana Genro – PT
- 7- Deputado Roque Grazziotin – PT
- 8- Deputado Flávio Koutzii – PT
- 9- Deputado Ronaldo Zülke – PT
- 10- Deputada Maria do Rosário – PT
- 11- Deputado Dionilso Marcon – PT
- 12- Deputado Vieira da Cunha – PDT
- 13- Deputado João Luiz Vargas – PDT
- 14- Deputado Giovani Cherini – PDT
- 15- Deputado Adroaldo Loureiro – PDT
- 16- Deputado Luis Fernando Schmidt – PT
- 17- Deputado Paulo Azeredo – PDT
- 18- Deputado Adolfo Brito – PPB
- 19- Deputada Maria do Carmo Bueno – PPB

JUSTIFICATIVA

O povo gaúcho foi surpreendido recentemente por uma decisão liminar, deferida em Ação Direta de Inconstitucionalidade, proposta pelo Sindicato do Comércio Varejista de Material Óptico, Fotográfico e Cinematográfico do Estado do Rio Grande do Sul, contra a Lei nº 7.109/92, do Município de Porto Alegre, que vetava a abertura do comércio aos domingos e feriados, sob o fundamento de que os municípios não detém competência legislativa para regulamentar acerca dos dias de funcionamento do comércio, mas, tão somente dispor sobre "funcionamento do comércio", aqui abrangendo apenas horários.



A decisão fere ao bom juízo que consagrou no inciso I, do artigo 30, da Constituição Federal de 1988, o princípio da autonomia, onde firmou-se a competência municipal de legislar sobre assuntos de interesses local.

Embora a decisão liminar exarada na ADIN/RS nº 70004762472 aparente coerência causa, em realidade, uma antinomia jurisdicional, pois a matéria já foi objeto de apreciação anterior pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 592078372, proposta pela Comissão Executiva do Partido Liberal no RGS e sua Liderança na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, contra a mesma Lei Municipal nº 7.109/92, manifestou-se pela sua plena constitucionalidade, consubstanciando-se, portanto, impossibilidade de nova manifestação sobre a mesma matéria, em virtude do efeito erga omnes e do trânsito em julgado da decisão anteriormente proferida em 20 de dezembro de 1993.

Os efeitos desta medida causam profundos reflexos, tornando-se alvo de acirrada controvérsia no ânimo social, atingindo a esfera de interesses e a vida de vários segmentos de pessoas que foram surpreendidos diretamente pela decisão, principalmente sobre os trabalhadores do comércio.

Além disso, coloca-se em 'xeque' várias expressões de interesses locais legitimamente manifestados pelos legisladores de várias municipalidades gaúchas que, legislando textos semelhantes, em consonância com os interesses locais, regulamentaram a matéria de acordo com as suas peculiaridades.

Apesar da existência de recente precedente da Suprema Corte de Justiça Brasileira – STF, que na ADIN nº 2.560-1, no dia 01 de agosto de 2002, posicionando-se pela competência das municipalidades e do Distrito Federal em legislar sobre o funcionamento do comércio, inclusive sobre dias e horários, pelo entendimento de que ambas são uma e mesma matéria, consubstanciadas no dispositivo constitucional sob a expressão "assunto de interesse local". No sentido de colaborar com a ordem e uniformidade na matéria, pacificar a controvérsia e salvaguardar a autonomia e a competência das municipalidades para legislar da melhor forma que atenda aos seus interesses e peculiaridades locais, sobretudo evitando-se a proliferação de decisões inferiores com o mesmo diapasão, torna-se mister que esta casa firme a legitimidade no sentido de assegurar, de forma peremptória, a competência constitucional aos municípios para regulamentarem a matéria, também no que tange aos dias e horários de funcionamento do comércio, atendendo da melhor forma as peculiaridades e aos seus interesses locais e consagrando o preceito da Constituição Federal.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 2002.

Deputada Jussara Cony
Líder do PC do B